

Intergeracionalidade do apego infantil e reflexos na conjugalidade e parentalidade

Intergenerationality of child attachment and reflexes in conjugality and parenting

Ana Paula Sesti Becker* / Maria Aparecida Crepaldi

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Este artigo teve como objetivo descrever as concepções sobre os padrões intergeracionais de apego na relação conjugal e parental dos membros do casal. Foram entrevistados 10 participantes, compondo cinco casais heteroaffectivos que tivessem, no mínimo, um filho entre zero e seis anos. As entrevistas foram analisadas por meio da análise categorial temática, com o auxílio do software Atlas-ti. Constatou-se que os padrões de apego são transmitidos de forma intergeracional da família de origem para as gerações posteriores, influenciando recursivamente na conjugalidade e na parentalidade. As mulheres evidenciaram mais padrões de descontinuidades que os homens, especialmente na relação parental atual. Por sua vez, os homens salientaram a referência do casamento de seus próprios pais e os valores de comprometimento conjugal que receberam, motivando-os a repetir tais padrões em sua relação amorosa adulta. Tais resultados possibilitam reflexões para a promoção da qualidade nas relações familiares.

Palavras-chave: apego; intergeracionalidade; apego adulto; conjugalidade.

Abstract: This article aimed to describe the conceptions about intergenerational patterns of attachment in the conjugal and parental relationship of the members of the couple. 10 participants were interviewed, comprising five hetero-affective couples who had at least one child between zero and six years old. The interviews were analyzed using thematic categorical analysis, with the aid of the Atlas-ti software. It was found that attachment patterns are transmitted intergenerationally from the family of origin for generations to come, recursively influencing conjugality and parenting. Women showed more patterns of discontinuities than men, especially in the current parental relationship. In turn, men stressed the reference of their own parents' marriage and the values of marital commitment they received, motivating them to repeat such patterns in their adult love relationship. Such results provide reflections for the promotion of quality in family relationships.

Keywords: attachment; intergenerationality; adult attachment; conjugality.

Introdução

Um dos preceitos norteadores da Teoria do Apego proposta por Bowlby (1969) postula que as primeiras relações de apego desenvolvidas na infância repercutem no estilo de apego do indivíduo, no decorrer do seu ciclo de vida em relacionamentos

* Correspondência para: Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, s/nº Trindade – Florianópolis – SC CEP: 88040-900e. E-mail: anapaulabecker.psicologia@gmail.com

futuros. Além disso, estudos nacionais e estrangeiros apontaram a relação entre o estilo de apego infantil e o apego adulto (Langevin, Gagné, Brasard & Fernet, 2022; Natividade & Shiramizu, 2015; Schachner, Shaver & Mikulincer, 2012) e, especificamente entre o apego desenvolvido na infância e as relações conjugais e parentais (Mikulincer e Shaver, 2019; Shelton & Wang, 2017; Coyne, Constantino & McBride, 2017; Becker, Vieira & Crepaldi, 2019).

Conforme Bowlby (1988), o apego é um tipo de vínculo afetivo biologicamente inato entre os seres humanos que visa à busca pela proximidade com outro indivíduo – figura ou objeto de apego, identificado como alguém disponível que oferece respostas e proporciona um sentimento de segurança, sendo considerado como preparado para lidar com o mundo. A partir das primeiras experiências de vinculação na infância é que são internalizados os modelos de apego com os pais ou substitutos, sendo acionados na presença de eventos ameaçadores, medo ou estresse (Becker & Crepaldi, 2019).

Crianças que desenvolvem um estilo de apego seguro encontram no cuidador principal uma base segura para explorar o ambiente e, ocasionalmente, regressam a ele para se sentirem protegidas, mostrando-se cooperativas e se aborrecem pouco (Gomes & Melchiori, 2012). Na vida adulta, demonstram confiança e generosidade em seus relacionamentos, sendo mais propensas à tolerância em relação a si mesmas, e às suas figuras de apego atuais, apresentando maior estabilidade em suas relações românticas.

Por outro lado, a ausência de um apoio parental adequado, decorrente de separações, ausências, perdas e falta de investimento afetivo predispõe a relações afetivas de insegurança na infância, o que pode repercutir num estilo de apego inseguro para as vinculações futuras (Morais, 2019). Nesse sentido, o estilo de apego inseguro pode predispor a vulnerabilidade e a exposição a fatores de risco no desenvolvimento (Mikulincer & Shaver, 2019), além de conflitos, rupturas e distanciamentos nos

relacionamentos interpessoais significativos, no caso, com as figuras de apego na vida adulta.

Denominam-se como “representações mentais” ou “modelo funcional”, o vínculo afetivo estabelecido com as figuras de apego, os quais atuam como modelos que direcionam a visão de mundo e dos relacionamentos passados, presentes e futuros das pessoas (Bowlby, 1969). Isso implica num processo contínuo de transmissão, dentro do sistema familiar, uma vez que há uma tendência de seus componentes em reproduzir tais modelos internalizados para os demais relacionamentos e vivências na fase adulta.

Conforme Serbin e Karp (2003), a repetição de padrões relacionais e comportamentais de pais para filhos, ao longo das gerações, alude às pesquisas sobre transmissão intergeracional, cuja definição se pauta em compreender que a natureza e a qualidade da conjugalidade e da parentalidade são intergeracionalmente transmitidas, de modo que os membros do casal passam a exercer sobre a qualidade de seu relacionamento amoroso e a relação com seus filhos, uma vivência relacional semelhante a que eles próprios experimentaram em sua infância.

Estudos internacionais (Langevin et al., 2022; Conger, Belsky & Capaldi, 2009) salientam que a transmissão intergeracional é estudada sobre padrões relacionais que podem ser mantidos ou modificados na transição de uma geração para a outra. Padrões relacionais que se mantêm são denominados como padrões de continuidade; por outro lado, a quebra desses modelos é considerada como um padrão de descontinuidade. Entretanto, é importante considerar que a transmissão de tais padrões não pode ser adotada segundo uma perspectiva linear, determinista e rígida, de forma que as pessoas sejam “prisioneiras” de seu passado sem uma possibilidade de mudança e flexibilidade (Falcke, Wagner & Mosmann, 2008). O que estas autoras discutem é que as vinculações afetivas e as vivências desenvolvidas com as famílias de origem parecem exercer uma influência para que as continuidades ocorram somente para aquilo que parecer necessário; e, por outro lado, com a aquisição de novos recursos para lidar de formas

alternativas em situações adversas, podem ser promovidas descontinuidades de tais padrões, ao se transformarem e serem substituídos. Além disso, consideram-se as dimensões histórica e desenvolvimental que a família vivencia ao longo do tempo em seu ciclo vital (McGoldrick & Shibusawa, 2016), para a transformação dos padrões intergeracionais familiares.

Presume-se, assim, que os padrões de apego possam ser transmitidos entre a família de origem para as gerações posteriores, podendo apresentar continuidades ou descontinuidades dos vínculos afetivos, conforme a história de cada sistema familiar. Do ponto de vista sistêmico, salienta-se, ainda, que o processo de transmissão intergeracional dos padrões de apego são recursivos; haja vista que os efeitos e produtos do apego fazem parte do próprio processo que os gera (Vasconcelos, 2013).

Na Figura 1, elaborou-se um esquema conceitual derivado das reflexões teóricas e empíricas deste estudo, no qual a família de origem representada pelo símbolo da árvore, alude às raízes familiares de um dado sistema familiar, cujos padrões de apego foram estabelecidos de forma recursiva entre gerações anteriores, sendo retransmitidos ao indivíduo que posteriormente formará uma díade conjugal (representado pelo quadrado [homem] e círculo [mulher]), dando origem ao subsistema conjugal e, na sequência, ao subsistema parental representado pelo triângulo – [criança/filho]). Esses subsistemas fazem parte de um sistema maior compreendido pelas famílias de origem dos cônjuges, assim como do contexto em que estão inseridos e do ciclo vital familiar a que pertencem. As molas presentes no esquema, indicam a presença da recursividade que permeia todo o processo. No símbolo do triângulo, expresso pelo filho, supõe-se que este continuará se desenvolvendo e, com base nos padrões de apego recebido, também retransmitirá tais modelos (mantendo ou não os padrões transgeracionais), expressos pelas continuidades ou descontinuidades; para as relações afetivas futuras.

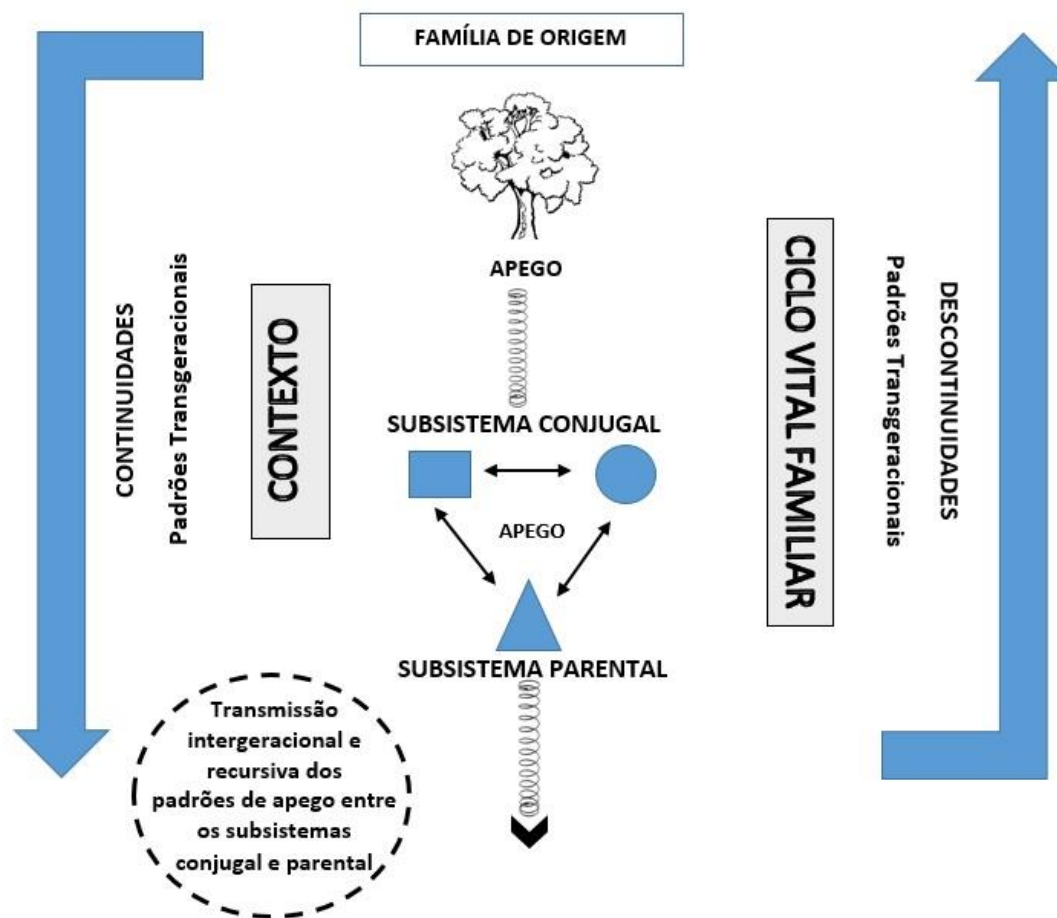


Figura 1. Esquema conceitual do estudo intergeracional das relações de apego, elaborado pelas autoras.

Na revisão integrativa de literatura proposta por Becker e Crepaldi (2019), em bancos de dados nacionais e internacionais acerca dos padrões de apego desenvolvidos na infância e seus reflexos sobre a conjugalidade e parentalidade — na vida adulta —, verificou-se que as temáticas acerca do apego e a parentalidade se mostraram recorrentes, especialmente na perspectiva intergeracional, todavia não foi encontrada nenhuma pesquisa que integrasse, em um único estudo, a relação estabelecida entre o apego dos membros do casal na infância e seus desdobramentos sobre os vínculos conjugal e parental, na vida adulta. Variáveis semelhantes foram encontradas em diversos trabalhos, porém separadamente. Desta forma, pretendeu-se

aprofundar sobre o fenômeno e descrever as concepções sobre os padrões intergeracionais de apego na relação conjugal e parental dos membros do casal.

Método

Caracterização da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa¹ qualitativa com enfoque exploratório, descritivo e transversal.

Participantes

Conforme a Tabela 1, participaram do estudo cinco casais, totalizando 10 respondentes (cinco mulheres e cinco homens), conforme os seguintes critérios de inclusão: os casais deveriam estar vivendo juntos e com a criança, por pelo menos seis meses e apresentarem idade igual ou superior a 18 anos, quando do nascimento da criança focal. A escolha dos participantes ocorreu por conveniência, com base nos critérios de saturação dos dados, indicado por Guest, Bunce e Johnson (2006).

Em relação ao perfil dos participantes, o tempo médio de união conjugal foi de 13 anos, variando entre 10 e 16 anos. As mulheres apresentaram, em média, idade de 39 anos e os homens, 48 anos. Já as crianças focais apresentaram, em média, idade de 3 anos, sendo três do sexo masculino e duas do sexo feminino.

A maioria dos participantes (7) referiu possuir nível de escolaridade igual ou maior que o Ensino Superior, de modo que, somente uma participante não concluiu o Ensino Médio. Em relação à renda familiar, três casais apresentaram rendimento igual ou superior a cinco salários-mínimos; e os demais, referiram obter entre dois a cinco salários.

¹ Esta pesquisa deriva-se do recorte da tese intitulada “Entrelaços de afeto: a relação entre o apego dos membros do casal na infância e o relacionamento conjugal e parental”

Quanto às atividades laborais para as mulheres, duas apresentaram como ocupação serem do lar, outra participante referiu ser autônoma, embora no momento da pesquisa estivesse sem desempenhar sua ocupação profissional; e as demais alegaram trabalhar meio período. Os homens apresentaram mais horas trabalhadas, em trabalho formal, que as mulheres, de modo que a média mensal de horas laborais dos homens correspondesse a 37 horas e as mulheres, de 12 horas.

Tabela 1
Caracterização sociodemográfica dos participantes

Casal	Participante	Idade	Escolaridade	Renda mensal (R\$)	Carga horária semanal (h/s)	Ocupação	Tempo de união (anos)	Criança focal	
								Sexo	Idade
Casal (CS 1)	Helena	31	Ens. Superior	Entre 5 a 10 salários	30	Hoteleira	10	M	6
	Rafael	43	Ens. Superior		40 (+)	Hoteleiro			
Casal (CS 2)	Luciana	47	Ens. Superior Incompleto	Entre 2 a 5 salários	N/A	Autônoma	15	M	6
	Bernardo	46	Ens. Superior		30	Empresário			
Casal (CS 3)	Eliana	43	Pós-graduação	Mais de 20 salários	30	Advogada	13	F	3
	Mateus	53	Pós-graduação		36	Funcionário público			
Casal (CS 4)	Clara	36	Ens. Médio Incompleto	Entre 5 a 10 salários	N/A	Do lar	16	M	9 meses
	Jonas	57	Pós-graduação		40	Engenheiro agrônomo			
Casal (CS 5)	Bela	41	Ens. Superior Incompleto	Entre 2 a 5 salários	N/A	Do lar	11	F	3
	Gael	45	Ens. Superior		40 (+)	Pastor			

Nota. Os nomes são fictícios para preservar a identidade dos participantes. Legenda: N/A = Não se aplica. (+) = Carga horária de trabalho acima de 40 horas semanais.

Instrumentos

Entrevista semiestruturada (Biasoli-Alves, 1998): foi realizada em conjunto com os membros do casal e abrangeu um roteiro de perguntas semiestruturado, que visou aprofundar a intergeracionalidade do apego dos membros do casal desenvolvida na infância e suas repercussões sobre a vida conjugal e parental dos participantes.

Procedimentos de coleta e análise de dados

Após aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos de uma universidade do sul do país, sob certificado pelo número 2.657.313, deu-se início a coleta de dados. Os participantes que corresponderam aos critérios de inclusão do estudo e que aceitaram participar foram contatados com a finalidade de agendar a visita domiciliar. Após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), iniciou-se a gravação da entrevista para posterior transcrição dos dados. Ao final, realizou-se o fechamento do encontro, retomando-se os principais temas abordados. Cabe também salientar que as entrevistas tiveram, em média, 1 hora e meia de duração. Aos participantes foram atribuídos nomes fictícios para garantir o anonimato dos participantes.

As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas, com base na técnica da análise de conteúdo temático categorial proposta por Bardin (2011). Essa técnica funciona em etapas por operações de desmembramento do texto em unidades de registro e/ou de contexto, cujo agrupamento resulta na criação de subcategorias e categorias. Nesta pesquisa foi utilizado como recurso o software *Atlas.ti 8.4.3* para auxiliar na organização do sistema de categorias, o qual se constituiu como uma ferramenta adequada tendo em vista que a categorização ocorreu via processo de acervo. Após exaustivas leituras do corpus de análise (10 entrevistas), definiram-se os

elementos temáticos e, posteriormente, as subcategorias e categorias do fenômeno pesquisado, as quais foram submetidas à avaliação de duas juízas, *experts* na temática de psicologia da família, cujos resultados apresentaram 80% de concordância com os dados analisados pela pesquisadora, com base no método observacional de Fagundes (1999).

Resultados e discussão

Os resultados mostraram que a categoria “Intergeracionalidade do apego” foi compreendida pelas seguintes subcategorias: 1) Continuidades do modelo afetivo da família de origem na relação conjugal atual; 2) Continuidades do modelo afetivo da família de origem na relação parental atual; 3) Descontinuidades do modelo afetivo da família de origem na relação conjugal atual; e 4) Descontinuidades do modelo afetivo da família de origem na relação parental atual.

A maioria dos homens e mulheres apresentaram evidências positivas, no que se refere à infância dos participantes, quanto aos cuidados, suporte e disciplina. Alguns relatos expressaram a representação afetiva, idoneidade e comportamentos morais favoráveis atribuídos aos próprios pais, ao recordarem-se das memórias de quando eram crianças; além dos valores familiares recebidos para que se tornassem pessoas íntegras e as histórias infantis, de carinho, aprendizagem e exploração do ambiente, enquanto fatores protetivos e importantes no desenvolvimento do apego.

Pode-se argumentar que as narrativas fazem alusão aos modelos funcionais propostos por Bowlby (1969), haja vista que as recordações citadas se referiram aos modelos internalizados de aspectos afetivos e cognitivos que constroem a realidade e os significados individuais desses participantes.

Evidenciou-se que esses modelos funcionais contemplaram aspectos positivos e, por vezes, idealizados do cenário infantil, cujos relatos pareceram ilustrar características do apego seguro, presentes na relação parental. Como exemplo, apontam-se as

demonstrações de carinho no discurso dos participantes, as quais referem-se ao contentamento experienciado por meio do toque físico, como beijos, abraços e receber colo dos pais; além do cuidado afetivo e das brincadeiras entre pais e filhos. Portanto, a evidência de que o apego seguro passa por uma via que transmite proximidade, segurança e proteção com a figura de apego é um dado fundante para a saúde mental, presente e futura, do indivíduo (Bowlby, 1969). Tais resultados confirmam o que já foi sustentado na literatura, especialmente nos estudos de Mikulincer e Shaver (2019) e Morais (2019).

Por outro lado, em relação às lembranças afetivas negativas relacionadas ao apego inseguro na infância, o aspecto mais evidente, tanto nos homens quanto nas mulheres, diz respeito à punição corporal que sofreram de seus próprios pais, quando crianças. Todos os casais foram unânimes, ao concordarem que seus pais foram coercitivos na infância. Entretanto, a maioria considerou que tais práticas não se caracterizaram como prejudiciais ao seu desenvolvimento, mas que foram necessárias para garantir uma boa educação e promover valores que as tornassem pessoas íntegras e moralmente corretas.

A ênfase conferida à punição corporal vai ao encontro do que propõe Bolze (2016), ao afirmar que a punição física, tais como bater na criança e deixá-la de castigo, constituem-se em estratégias destrutivas de resolução de conflitos parentais, de modo que nos resultados de pesquisa da autora, as mães evidenciaram mais uso de punição corporal que os pais. Pode-se supor que isso ocorra, tendo em vista que, no Brasil, as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e pelos cuidados dos filhos sejam as mães, dedicando-lhes maior tempo e, portanto, sendo mais suscetíveis a vivenciarem conflitos com a criança (Langevin et al., 2022; Bolze, 2016). Resultados como esses, também foram encontrados nos relatos das mães participantes do presente estudo, de

modo que a aplicação da disciplina, de forma coercitiva, por meio da punição corporal, constou nos depoimentos de todas as mães entrevistadas.

Outro ponto a ser discutido reportou-se à tolerância que os participantes expressaram, ao minimizar o impacto da punição corporal recebida. Conforme alguns relatos, apresentaram-se justificativas de que ter apanhado caracterizava-se como um “costume da época” ou que “isso foi bom, para ter se tornado um homem com princípios”; tais discursos evidenciaram o predomínio de lealdades invisíveis que, conforme Boszormenyi-Nagy e Spark (1984), são formas inconscientes de honrar as gerações familiares anteriores. Nesse sentido, houve uma tendência de validar a herança afetiva recebida e, ainda, de repeti-la em gerações posteriores, a despeito dos danos que a educação coercitiva pode trazer para o desenvolvimento da criança.

É neste ínterim, que se concentram os principais achados deste estudo ao descrever as concepções sobre os padrões intergeracionais de apego na relação conjugal e parental dos membros do casal. Para tanto, propõe-se uma discussão pautada em dois polos centrais: o primeiro enfatiza o processo de continuidade dos padrões afetivos da família de origem na vida adulta, manifestos na conjugalidade e na parentalidade; enquanto que o segundo discute o processo de descontinuidade dos padrões afetivos da família de origem, também presentes no ciclo de vida adulto e familiar dos participantes.

Continuidades do modelo afetivo da família de origem

Uma das expressões de continuidade das representações afetivas da família de origem sobre a relação conjugal atual, se manifesta pelas narrativas que destacam como positivo, o modelo parental de casamento observado na infância dos participantes. Destaca-se o seguinte trecho ilustrativo:

O casamento deles sempre foi muito harmonioso, a gente sempre via muito amor, muita cumplicidade e carinho também um pelo outro (...) Eu tive esse modelo e repeti esse padrão... Sempre vi o casamento como algo bom, muito

bom, porque eu tinha esse modelo e isso me nutriu para eu desejar ter um casamento igual (CS 1 – Rafael).

O relato de Rafael, que também representou o depoimento de outros homens entrevistados, apresenta concepções positivas acerca do modelo de casamento de seus próprios pais, o que serviu como referência para a sua vida futura no estabelecimento de seus projetos pessoais, tais como, o matrimônio. Ao analisar sobre as repetições, escolhas e o vínculo conjugal, Lima (2010) identificou que a vivência amorosa na vida adulta, ocorre a partir das influências dos padrões de apego infantis, ou seja, busca-se estabelecer padrões e a repetir aquilo que desde criança serviu como modelo de identificação.

De modo oposto, Hare, Miga e Allen (2009) verificaram que padrões negativos de conjugalidade, permeados pela agressão paterna constituíram-se modelos preditores de relacionamentos amorosos disfuncionais e agressivos, de seus filhos adolescentes. Por outro lado, o estudo longitudinal apontou que o apego seguro atuou enquanto um modelo mediador para as práticas abusivas na transmissão intergeracional de violência, podendo atenuar esse ciclo. Dessa forma, os autores alegam que o relacionamento entre os pais costumam ser as bases primárias de exemplo das relações interpessoais entre parceiros românticos que uma criança é exposta; as quais ela poderá reproduzir em seus relacionamentos futuros.

Além da referência matrimonial a ser mantida na vida adulta, outro participante masculino mencionou acerca do exemplo paterno que recebeu, enquanto uma conduta de comprometimento a ser seguida em sua vida familiar atual:

(...) Porque tudo que eu vivi na minha casa... O exemplo do meu pai... Ele sempre dizia assim... “tudo que tu fizeres na vida, tu vais assumir!” e isso foi muito sério pra mim, essa coisa do compromisso, do comprometimento, de ser responsável pelo meu lar, pelo meu casamento (CS 5 – Gael)

Observa-se que o modelo que Gael recebeu a respeito das relações e de como elas devem funcionar, apresenta uma base do legado afetivo paterno que permanece e orienta suas crenças pessoais, com destaque à vida conjugal. Esses resultados são semelhantes ao estudo qualitativo de Quissini e Coelho (2014), cujos participantes separados e/ou divorciados identificaram a influência da família de origem quanto à transmissão de valores e condutas no contexto conjugal e parental. Todavia, os resultados encontrados pelos autores remeteram à reverberação de aspectos disfuncionais presentes na intergeracionalidade. Já as discussões propostas nesse recorte específico, alude aos fatores interpretados como positivos e, que parecem contribuir para a relação conjugal dos casais.

De forma similar, demais participantes também apontaram depoimentos acerca dos valores recebidos da família de origem, os quais desejam mantê-los; nesses casos, porém, o padrão de continuidade é direcionado à prática da parentalidade que atualmente exercem, conforme seguem os relatos: *Os valores que os meus pais me passaram, o que é bom eu tento manter. A disciplina, autoridade do meu pai... Até acho que é demais que eu coloco, mas eu lembro bastante isso...* (CS 3 – Eliana) [...] *Os valores que a mãe passou eu busco manter... A questão do estudo, de boas maneiras, caráter e tal* (CS 4 – Jonas).

Como já discutido anteriormente, o conceito de lealdades invisíveis ou lealdades familiares (Boszormenyi-Nagy & Spark, 1984) parece estar presente nos depoimentos citados, especialmente pelos valores que os participantes alegam manter, na educação com seus filhos. Bacal (2013) comenta que o cumprimento dos legados e as repetições que são transmitidas intergeracionalmente, podem ser observados pelos comportamentos, crenças, escolhas e valores que os indivíduos mantêm ao recebê-los de seus referenciais de afeto.

Tais apontamentos também se confirmam na pesquisa de Trindade, Souza e Predebon (2012) ao ressaltarem que as práticas educativas maternas entre as gerações, tornaram-se referidas pelas participantes adolescentes da amostra. Os resultados

apontaram, como exemplo, que o comportamento moral se constituiu uma variável transmitida na maioria das díades mãe-filha adolescente. Aponta-se, portanto, que os aspectos valorativos no que se referem às condutas adequadas, bons costumes, regras, entre outros, são importantes indicativos para a transmissão intergeracional, os quais podem ocorrer de forma saudável ou não (Fleck, Fuchs, Moehler, Pazrer, Koenigs, Resch & Kaess, 2021).

Demais fatores como demonstrações de afeto, brincadeiras e a religião da família de origem também foram mencionados, enquanto modelos afetivos de continuidade na relação parental atual dos participantes. Pode-se indicar que, dentre esses, destacou-se que propiciar “momentos agradáveis de convívio familiar”, caracteriza-se como um padrão de afeto positivo e repetido com os filhos – na geração presente, consoante as seguintes narrativas:

Comer todos juntos, tomar café... Aquele contato, aquela coisa gostosa, dava muita segurança! E é isso que eu procuro fazer com ela (...) às vezes eu fico ali no sofá e trago ela... Busco ter aquele contato que eu me sentia bem, me sentia protegido quando pequeno e passar isso pra ela! (CS 3 – Mateus);

[...] Uma das coisas que eu faço questão de repetir, que pra mim era muito gostoso, eram as nossas férias em família. A gente tirava férias com todo mundo junto uma vez por ano; a gente ia pra casa da minha vó e íamos acampar. Então hoje, eu tento fazer de novo, com eles, porque era muito gostoso! (CS 1 – Rafael)

Depoimentos como esses ilustram modelos familiares positivos que os participantes atribuem às relações afetivas com as figuras parentais; e, portanto, são repetidos na parentalidade exercida, na vida adulta. Tais resultados estão de acordo com estudos internacionais que investigaram a transmissão intergeracional de uma parentalidade considerada positiva, cujas práticas que favorecem o desenvolvimento, tais como o envolvimento parental – por meio do cuidado, trocas afetivas, brincadeiras, relações familiares de qualidade, expressão de emoções positivas e regras familiares

definidas, tendem a ser reproduzidas nos relacionamentos futuros; entre esses, os parentais (Belsky, et al., 2009).

Sob tal panorama, supõe-se que filhos que apresentam experiências positivas com seus pais na infância, tendem a manifestar estilo de apego com base segura na vida adulta; tal argumento já foi demonstrado nas pesquisas de Bortolini e Piccinini (2015) e Dollberg, Feldman e Keren (2010). Considerando as características de trocas afetivas, segurança, necessidades emocionais e físicas atendidas, presentes nas narrativas dos participantes, podem-se encontrar representações de apego seguro na transmissão dos modelos afetivos vivenciados; o que pode ser respaldado pela suposição mencionada.

Outro aspecto presente nos padrões de continuidades do modelo afetivo da família de origem, refere-se aos “conflitos com o filho”, que embora, não se constitua como um padrão relacional desejado, acaba sendo reproduzido na relação parental atual, com base nos modelos que foram experimentados na infância:

Eu apanhava quando era criança e às vezes, eu tento fazer diferente com ela e vem uma coisa ruim! Porque isso tá no sangue! Eu tento não repetir o que recebi de ruim, mas às vezes acontece (...) a folia é tanto que ela acaba apanhando. Mas, me incomoda, porque, poxa, não precisava ter feito isso! (CS 4 – Clara);

[...] Infelizmente a gente acaba trazendo coisas que não queria... Eu trago da minha mãe muita irritabilidade (...) Eu me percebi com umas atitudes iguais da minha mãe com os meus primeiros filhos, sem paciência nenhuma... (CS 2 – Luciana)

Conforme os estudos sobre lealdades invisíveis e as heranças transgeracionais, Magalhães (2010) destaca que os membros familiares acabam satisfazendo as demandas dos antepassados de forma inconsciente, de tal modo que às vezes, seja contrário aos seus próprios desejos. Como exemplo, podem-se apontar as práticas parentais negativas como agressões psicológicas e físicas que comumente fazem parte da criação de crianças brasileiras e se perpetuam entre as gerações (Bolze et al., 2019), o que também é encontrado nos relatos dos participantes, com destaque ao depoimento de Clara quando

diz que “isso tá no sangue” ao referir-se sobre a repetição da punição corporal que pratica com a filha. Observa-se que a justificativa da “hereditariedade do comportamento” se apresenta como um “mandato familiar”, difícil de ser evitado, conforme ratifica a exposição de Luciana.

Descontinuidades do modelo afetivo da família de origem

Com base no pressuposto da instabilidade no Pensamento Sistêmico, o qual se admite a variabilidade e inconstância dos fenômenos (Vasconcellos, 2013), considera-se também, que a transmissão intergeracional caracteriza-se pela atualização e substituição de padrões afetivos vivenciados com a família de origem (Belsky, Conger & Capaldi, 2009). Desse modo, aponta-se que as referências conjugais e parentais experimentadas no passado, podem não ser necessariamente repetidas em relacionamentos futuros; ou seja, embora se perceba a influência marcante das continuidades, tal fenômeno pode ser dinâmico não operando de forma causal e inflexível. Os resultados, a seguir, exibem relatos de descontinuidades e indicam o desejo das mulheres participantes, em “formar uma família diferente” daquela à qual pertenceram quando eram crianças. Os trechos, na sequência, são ilustrativos: *Meu sonho era ter uma família normal, com os filhos criados, sentar todo mundo na mesa, coisa que eu não tinha...* (CS 2 – Luciana); [...] *Tipo, hoje eu acabo fazendo o que eu não recebi quando era criança. Eu tive uma reação inversa. Eu não via muito os meus pais se abraçando, nem aquele beijo de respeito entre eles, eu não via... Então hoje eu faço o que eu não vi, o que eu não vivi* (CS 1 – Helena).

Observa-se a congruência entre os três depoimentos ao salientar a disposição em criar novos padrões conjugais e familiares distintos daqueles que foram recebidos da família de origem. Importante é perceber a diferença entre homens e mulheres, uma vez que no âmbito conjugal e das memórias infantis, as mulheres demonstram maiores

descontinuidades que os homens, além de apresentarem uma perspectiva mais negativa, em relação às lembranças afetivas na infância.

Em relação às descontinuidades nas vivências conjugais, Bolze (2016) verificou a transmissão intergeracional de modelos relacionais e de táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais, em 12 casais perfazendo um total de 24 respondentes (12 homens e 12 mulheres). Os resultados da pesquisa citada evidenciaram que ambos os participantes referiram estabelecer diferentes padrões de funcionamento conjugal, quando comparados às referências parentais recebidas. Como exemplo, as descontinuidades do modelo conjugal da família de origem contemplaram a interrupção do uso de táticas destrutivas de resolução de conflitos na relação amorosa, tais como usar de hostilidade – agredindo ou ameaçando o cônjuge; bem como a decisão de resolver conflitos conjugais de forma diferente dos pais, os quais apontaram a escolha de transformar aspectos “ruins” da relação afetiva em “bons”. Embora a temática da autora supracitada se diferencie da tônica central abordada nesse estudo – intergeracionalidade do apego, pode-se verificar semelhanças nos processos de descontinuidades ao reportar sobre novos padrões de conjugalidade que se diferenciam da família de origem dos participantes.

Segundo Belsky et al. (2009) as descontinuidades, também explicadas pelos mecanismos moderadores, associam-se ao contexto e às relações interpessoais vivenciadas ao longo do ciclo vital, que possibilitam ou não, a transmissão de comportamentos ou heranças geracionais. Nesse sentido, alguns fatores “externos” ou ainda, recursos pessoais, podem atuar enquanto mecanismos que inibam a perpetuação desses padrões relacionais e comportamentais aprendidos, de modo que o “ciclo se quebre” (Bolze, 2016). Pode-se exemplificar, assim, que “aprender com o cônjuge” novas formas de se relacionar, constitua-se um aspecto moderador, conforme o trecho figurativo:

O que eu recebi da minha formação foi isso. Procuo mudar um pouco... Até foi ele que me ensinou a falar, demonstrar, beijar, abraçar. Porque pra mim, isso não era comum, não tinha memórias assim, não tinha nada (CS 3 – Eliana).

Ainda que a participante mantivesse modelos de relações de apego infantil, desprovido de demonstrações físicas e verbais de afeto, e se constate o predomínio dessas representações na vida adulta, também se observa, por outro lado, a reformulação desses modelos afetivos, com base em novas experiências vivenciadas, no caso, pela influência da relação conjugal. Isso confirma os processos desadaptativos e passíveis de mudanças, que de igual modo, norteiam o pressuposto de “modelos funcionais internos” ou “representações mentais” que Bowlby (1969) postulou.

Marin et al. (2013) também reforçam essa questão ao identificarem a função exercida pelo cônjuge no estabelecimento de novos padrões familiares, distintos daqueles que o outro membro do casal recebeu. Na pesquisa realizada pelos autores, tanto homens quanto mulheres, indicaram a aprendizagem de novas práticas relacionais com a figura do cônjuge, especialmente àquelas direcionadas ao subsistema parental. Assim, aprender novas formas de se relacionar e expressar a afetividade, no contexto conjugal e parental, também foram encontradas no estudo nacional de Bortoli e Piccinini (2015) e no cenário internacional, proposto por pesquisas anteriores (Capaldi, Pears, Patterson & Owen, 2003; Conger, et al., 2009).

No contexto da parentalidade, destacaram-se discontinuidades do modelo afetivo da família de origem, pois os participantes desenvolveram novos repertórios relacionais e práticas educativas com seus filhos que se diferenciaram de suas vivências infantis. Salienta-se que “investir no estudo dos filhos”, “estar presente e engajado nas atividades” e “estimular novos valores na educação”, constituíram-se aspectos de mudanças nas práticas parentais. Nessa mesma direção, o item de maior saliência, referido tanto pelas mães quanto pelos pais, foi “promover um relacionamento mais afetivo” com os filhos. Algumas narrativas são demonstrativas:

(...) Eu já vim com a ideia de que tudo aquilo que eu vi de errado, eu não queria passar pros meus filhos! Eu acho que hoje acabo até protegendo demais..., mas, eu prefiro errar por dar muito carinho, que dar por menos, como foi comigo! (CS 2 – Luciana); [...]

Às vezes eu tento reprogramar isso... Como eu não fui muito abraçada, tocada, beijada... Hoje eu posso ser assim com eles: dar carinho, demonstrar... Coisas que eu não tive (CS 1 – Helena);

[...] Eu tento não repetir o jeito do meu pai, procuro fazer diferente... Mas muita coisa eu ainda preciso trabalhar em mim, que eu sei que são resquícios de lá (CS 5 – Eliana).

A vivência da parentalidade é um período de tensão e expectativas que motivam o casal a promover mudanças; já que os valores e padrões adquiridos nas famílias de origem tornam-se revistos e renegociados com frequência, aludindo à necessidade de adaptações constantes frente às transformações próprias da cultura, que são pertinentes à cada momento histórico e social de cada geração. Isso implica refletir que os modelos afetivos da família de origem dos participantes estão inscritos em uma geração anterior, cujos valores e padrões de relacionamento operavam sob a moral vigente daquela época. Hipotetiza-se que muitas das relações entre pais e filhos eram norteadas por uma dinâmica hierárquica mais rígida e, por vezes, de distanciamento entre seus membros; cuja disciplina se mostrava mais autoritária e a afetividade mais contida (Weber, Selig, Bernardi & Salvador, 2006). Todavia, não se pode relativizar tais argumentos, mas considerá-los, enquanto um fator influente ao analisar a dimensão do tempo e da cultura, presentes na transmissão intergeracional dos padrões afetivos.

Dentre as mudanças nas práticas parentais, uma mãe participante destacou a importância de “valorizar os sentimentos da criança”, o que em sua infância, não acontecia. Entende-se que as descontinuidades da família de origem, perpassam não somente, um relacionamento mais afetivo com os filhos, mas novos padrões de interação

com a criança que favoreçam a sua autonomia, segurança e autorregulação, conforme se observa o relato:

Às vezes ele diz “ai que saco!” - uma palavra feia, mas eu deixo que ele bote pra fora, porque eu não podia colocar pra fora, nada! (...) Na minha época, criança não podia opinar nada! E aquilo ali ficava aqui dentro, sabe? (...) Então, eu não quero que ele seja assim. Eu dou essa liberdade pra ele! (CS 2 – Luciana).

Na pesquisa de Bortolini e Piccinini (2015), cujo intento se pautou em investigar estudos de caso transgeracionais, entre as experiências da mãe com seus cuidadores e o apego do filho, verificou-se que uma das características de apego seguro foi a prática da sensibilidade materna diante das emoções negativas infantis e o incentivo a criança para falar sobre seus sentimentos e externalizar a raiva. Tal achado reforça o resultado encontrado nesse estudo, o que ratifica o padrão de descontinuidade referido.

Considerações finais

Este artigo propôs-se a descrever as concepções sobre os padrões intergeracionais de apego na relação conjugal e parental dos membros do casal. Tais padrões de apego apresentaram continuidades e descontinuidades dos vínculos afetivos, de acordo com as particularidades da história retrospectiva familiar e a aquisição de novos modelos de afeto, bem como fatores contextuais e de proteção que se fizeram presentes no decorrer do ciclo de vida.

No tocante aos aspectos metodológicos do estudo, considerou-se adequada a realização da entrevista para o aprofundamento e detalhamento dos dados qualitativos. Entretanto, embora se trate de uma pesquisa transversal, sugerem-se estudos futuros do tipo longitudinais, os quais permitiriam o maior detalhamento e acompanhamento do fenômeno ao decorrer do tempo, uma vez que a temática apontada se refira aos processos intergeracionais familiares. Além disso, a combinação de outras técnicas de

coleta de dados, como a observação, poderia trazer maior sofisticação na análise de situações específicas, como nas relações de envolvimento parental entre pais e filhos, norteadas pela ênfase desenvolvimental do apego.

Em relação à transmissão intergeracional de apego, as mulheres evidenciaram mais padrões de descontinuidades que os homens, especialmente na relação parental. Por sua vez, somente os homens mencionaram aspectos de continuidades do modelo afetivo da família de origem na relação conjugal. Como exemplo, salientaram a referência do casamento de seus próprios pais e os valores de comprometimento que receberam, os quais os incitam a repetir em sua relação amorosa na vida adulta.

O processo de continuidades, demonstrado principalmente nas relações parentais, por meio dos valores transmitidos, constituíram-se fatores importantes e muito presentes nas discussões. Para tanto, considerou-se oportuno o uso do conceito de lealdades invisíveis, derivados dos relatos mencionados. Oportuniza-se salientar, nesse ínterim, que aspectos negativos de padrões relacionais na parentalidade também estiveram presentes, tais como a repetição da punição corporal, o que revela que, tanto fatores positivos quanto negativos, podem ser reproduzidos nas gerações posteriores.

Chama a atenção a ausência de conflitos intergeracionais apontados entre os membros do casal, já que parece comum os desacordos entre aquilo que deve ou não ser mantido nos padrões relacionais, enquanto herança das famílias de origem; seja na transmissão de valores, práticas ou crenças, estabelecidas na relação conjugal e parental. Supõe-se que isso se deva ao efeito de desejabilidade social do estudo, além da característica harmônica do relacionamento amoroso, expressa pelos participantes.

Do ponto de vista epistemológico adotado, ressalta-se o conceito de instabilidade, o qual se manteve presente nos processos de descontinuidade, por admitir a mudança, transformação e imprevisibilidade dos padrões afetivos, que, embora, também indiquem uma tendência à repetição dos modelos parentais, não se constituíram fenômenos deterministas. Deve-se, portanto, reconhecer os eventos moderadores e

contextuais que operam entre tais relações, sob a regência do momento histórico e cultural entre as gerações vigentes. Assim, a intenção não foi a de apontar um posicionamento causal e linear, sem prever uma possibilidade de mudança frente à formação de apego, mas observar o fenômeno de forma integrada, contemplando os processos inerentes que propõem a continuidade e descontinuidade das relações afetivas e seus desdobramentos na vida adulta, no âmbito da conjugalidade e da parentalidade.

Referências

- Bacal, D. B. (2013). *Cuidados filiais: o papel da vinculação e da representação dos cuidados na ansiedade filial e na maturidade filial*. (Tese de Doutorado). Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo: Edição revisada e ampliada*. São Paulo: Edições 70.
- Becker, A. P. S., & Crepaldi, M. A. (2019). O apego desenvolvido na infância e o relacionamento conjugal e parental: Uma revisão da literatura. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 19(1), 238–260.
- Becker, A. P. S., Vieira, M. L., & Crepaldi, M. A. (2019). Apego e parentalidade sob o enfoque transcultural: uma revisão da literatura. *Psicogente*, 22(42), 1–25. <https://doi.org/10.17081/psico.22.42.3507>.
- Belsky, J., Conger, R. D., & Capaldi, D. M. (2009). The intergenerational transmission of parenting: Introduction to the special section. *Developmental Psychology*, 45(5), 1201-1204. Doi: 10.1037/a0016245.
- Biasoli-Alves, Z. M. M. (1998). A pesquisa em psicologia – Análise de métodos e estratégias na construção de um conhecimento que se pretende científico. In: Romanelli, G.; Biasoli-Alves, Z. M. (Orgs). *Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa*. Ribeirão Preto: Legis Summa.
- Bortolini, M., & Piccinini, C. A. (2015). Intergenerational transmission of secure attachment: Evidences from two cases. *Psicologia Em Estudo*, 20(2), 247–259.
- Boszormenyi-Nagy, I, & Spark, G. (1984). *Invisible loyalties*. Levittown: Brunner/Mazel, 1984.
- Bowlby, J. (1969/2002). *Apego e perda*, Vol 1. Apego: a natureza do vínculo (3º ed). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1969).
- Bolze, S. D. A. (2016). *Táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais: Uma perspectiva da transmissão intergeracional*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.

- Bolze, S. D. A., Schmidt, B., Bossardi, C. N., Gomes, L. B., Bigras, M., Vieira, M. L., & Crepaldi, M. A. (2019). Tácticas de resolución de conflictos conyugales y parentales en familias sur-brasileñas. *Ciencias Psicológicas*, 13(1), 67.
<https://doi.org/10.22235/cp.v13i1.1810>
- Bueno, R. K., Souza, S. A., Monteiro, M. A., & Teixeira, R. H. M. (2013). Processo de diferenciação dos casais de suas famílias de origem. *Psico*, 44(1), 16-25.
- Capaldi, D. M., Pears, K., Patterson, G. R., & Owen, L. D. (2003). Continuity of parenting practices across generations in an at-risk sample: A prospective comparison of direct and mediated associations. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 31, 127-142.
- Conger, R. D., Belsky, J., & Capaldi, D. M. (2009). The intergenerational transmission of parenting: Closing comments for the special section. *Developmental Psychology*, 45(5), 1276-1283.
- Cowan, P. A., & Cowan, C. P. (2016). Transições familiares normativas, qualidade da relação do casal e desenvolvimento sadio dos filhos. In Walsh, F. (Org.). (2016). *Processos normativos da família – Diversidade e Complexidade*. Porto Alegre: Artmed.
- Coyne, A. E., Constantino, M. J., Ravitz, P., & McBride, C. (2017). The Interactive Effect of Patient Attachment and Social Support on Early Alliance Quality in Interpersonal Psychotherapy. *Journal of Psychotherapy Integration*, 1-11.
- Dollberg, D., Feldman, R., & Keren, M. (2010). Maternal representations, infant psychiatric status, and mother-child relationship in clinic-referred and non-referred infants. *Eur Child & Adolescent Psychiatry*, 19, 25-36.
- Fagundes, A. J. F. M. (1999). *Descrição, definição e registro de comportamento* (12 ed.). São Paulo: Edicon.
- Falcke, D., Wagner, A.; & Mosmann, C. P. (2008). *The Relationship Between Family of Origin and Marital Adjustment for Couples in Brazil*. *Journal of Family Psychotherapy*, 19, 170-186.
- Fleck, L., Fucks, A., Moehler, E., Parzer, P., Koenigs, J., Resch, F., & Kaess, M. (2021). Maternal Bonding Impairment Predicts Personality Disorder Features in Adolescence: The Moderating Role of Child Temperament and Sex. *Personality Disorders: Theory, Research, and Treatment*, 12(5), 475-483.
<https://doi.org/10.1037/per0000433>
- Gomes, A. A., & Melchiori, L. E. (2012). A teoria do apego no contexto da produção científica contemporânea. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Guest, G., Bunce, A., & Johnson, L. (2006). How many interviews are enough? An experiment with data saturation and variability. *Field Methods*, 18(1), 59-82.
- Hare, A. L., Miga, E. M., & Allen, J. P. (2009). Intergenerational Transmission of Aggression in Romantic Relationships: The Moderating Role of Attachment Security. *Journal of Family Psychology*, 23(6), 808-818.
<https://doi.org/10.1037/a0016740>

- Langevin, R., Gagné, M. E., Brassard, A., & Fernet, M. (2022). Intergenerational Continuity of Child Maltreatment: The Role of Maternal Emotional Dysregulation and Mother–Child Attachment. *Psychology of Violence, 1*(10), 1-12. <http://dx.doi.org/10.1037/vio0000409>
- Lima, G. Q. (2010). História de vida e escolha conjugal em mulheres que sofrem de violência doméstica (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Magalhães, I. S. de. (2010). Entre a casa e o trabalho: a transmissão geracional do feminino. *Psicologia Clínica, 22*(2), 227–227. <https://doi.org/10.1590/s0103-56652010000200027>.
- Marin, A. H., Martins, G. D. F., Freitas, A. P. C. de O., Silva, I. M., Lopes, R. de C. S., & Piccinini, C. A. (2013). Transmission of childrearing practices between generations: Empirical evidence. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 29*(2), 123–132. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722013000200001>.
- McGoldrick, M., & Shibusawa, T. (2016). O ciclo de vida familiar. In F. Walsh (Ed.), *Processos normativos da família: Diversidade e complexidade* (pp. 375-398). Porto Alegre: Artmed.
- Mikulincer, M., & Shaver, P. R. (2019). An attachment perspective on family relations. In B. H. Fiese, M. Celano, K. Deater-Deckard, E. N. Jouriles, & M. A. Whisman (Eds.), *APA handbooks in psychology series. APA handbook of contemporary family psychology: Foundations, methods, and contemporary issues across the lifespan* (pp. 109-125). Washington, DC, US: American Psychological Association.
- Morais, D. M. da C. B. (2019). Cuidados filiais: o papel da vinculação e da representação dos cuidados na ansiedade filial e na maturidade filial. *Tese de Doutorado em Psicologia*. Universidade do Porto, Portugal.
- Natividade, J. C., & Shiramizu, V. K. M. (2015). Uma medida de apego: versão brasileira da Experiences in Close Relationship Scale - Reduzida (ECR-R-Brasil). *Psicologia USP, 26*(3), 484-494.
- Quissini, C., & Coelho, L. R. M. (2014). A influência das famílias de origem nas relações conjugais. *Pensando Famílias, 18*(2), 34–47.
- Schachner, R. S. (2005). The attachment bond in childhood and adulthood. In C. M. Parkes, J. Stenvenson-Hinde, & P. Marris (Orgs.), *Attachment across the life cycle* (pp. 66-76). London: Routledge.
- Serbin, L., & Karp, J. (2003). Intergenerational studies of parenting and the transfer of risk from parent to child. *Current Directions in Psychological Science, 12*(4), 138-142.
- Shelton, A. J., & Wang, C. D. C. (2017). Adult Attachment Among U.S. Latinos: Validation of the Spanish Experiences in Close Relationships Scale. *Journal of Latina/o Psychology, 1*-17.

- Trindade, M.T., Souza, F. P., & Predebon, J. C. (2012). Intergeracionalidade e educação: a perpetuação de práticas educativas maternas. *Pensando Famílias*, 16(2), 29–51.
- Vasconcellos, M. J. E. (2013). *Pensamento Sistêmico: O novo paradigma da Ciência*. 10ª Ed. São Paulo: Papyrus.
- Weber, L. N. D., Selig, G. A., Bernardi, M. G., & Salvador, A. P. V. (2006). Continuidade dos estilos parentais através das gerações – transmissão intergeracional de estilos parentais. *Paideia*, 16(35), 407–414.

Submetido em: 16.01.2022

Aceito em: 19.07.2022